

Ondas de exclusão e resistência: a interseccionalidade e a luta das mulheres negras no surfe brasileiro

Waves of Exclusion and Resistance: Intersectionality and the Struggle of Black Women in Brazilian Surfing

*Maíra Tavares Eustáquio de Oliveira¹

Resumo

O artigo investiga as múltiplas barreiras enfrentadas por mulheres negras no surfe brasileiro, utilizando o conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica central, com base em autoras como Lélia González, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw e Patrícia Hill Collins. A partir das trajetórias de surfistas como Nuala Costa e Érica Prado, revela-se como as opressões de gênero, raça e classe marginalizam essas atletas em um esporte historicamente dominado por homens brancos. O estudo examina os impactos dessas barreiras no acesso ao patrocínio, na visibilidade midiática e nas oportunidades no surfe profissional, evidenciando como a estética branca e o racismo estrutural moldam a exclusão das mulheres negras. Além disso, destaca formas de resistência, como as iniciativas *Todas Para o Mar* e *Movimento Surfistas Negras*, que promovem a inclusão e desafiam desigualdades. Conclui-se que reconhecer as experiências específicas dessas mulheres é essencial para democratizar o surfe e transformar suas estruturas exclucentes.

Palavras-chave: interseccionalidade; mulheres negras; surfe brasileiro; raça; gênero.

Abstract

This article investigates the multiple barriers faced by Black women in Brazilian surfing, using intersectionality as a central analytical tool, drawing on authors such as Lélia González, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw and Patricia Hill Collins. Based on the trajectories of surfers like Nuala Costa and Érica Prado, it reveals how gender, race and class oppressions marginalize these athletes in a sport historically dominated by white men. The study examines how such barriers affect access to sponsorship, media visibility and professional opportunities, showing that white aesthetics and structural racism shape the exclusion of Black women. It also highlights forms of resistance, such as the *Todas Para o Mar* project and the Black Women Surfers Movement, which promote inclusion and challenge inequality. The article concludes that recognizing the specific experiences of Black women is essential to democratizing surfing and transforming its exclusionary structures.

Keywords: intersectionality; black women; Brazilian surfing; race; gender.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCIS/PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4949-307X>.

Introdução

Logo nos primeiros minutos de uma entrevista realizada em outubro de 2020, uma surfista se expressa da seguinte maneira:

[...] aqui no Brasil, se formos falar de surfe, mulher e raça, nós teremos, talvez, que dividir em duas partes: em surfe e mulher, em que as mulheres têm que travar uma batalha muito grande nesse meio (surfe), que é um meio supermachista. Então você tem que travar uma batalha muito grande por você ser mulher. E, logo, o surfe, mulher e raça. Mulher e raça é uma outra discussão que é necessário abrir e ser bem clara (Nuala [...], 2020, 1min 47s).

Esta surfista é Nuala Costa, 43 anos, nascida no Rio de Janeiro (RJ). Aos 7 anos, Nuala foi para Maracaípe e, anos depois, ainda na década de 1990, tornou-se a primeira mulher – e primeira mulher negra – a representar profissionalmente o estado de Pernambuco no surfe, quebrando barreiras em um esporte historicamente moldado pela branquitude e atrelado ao gênero masculino.

Quatro anos depois, a surfista Érica Prado iniciou sua entrevista para o programa Meu Pedaço do Brasil, da TV Brasil, em fevereiro de 2024, dizendo:

[...] a Érica de 15 anos atrás era conformada, era uma Érica silenciada, era uma Érica que acreditava que o fato de uma surfista profissional campeã brasileira como a Monique Santos não ter patrocínio era simplesmente uma falta de sorte. E hoje eu olho para a realidade e falo não, não é falta de sorte. Ela é uma mulher preta, lésbica, nordestina, e que, mesmo sendo a melhor surfista do Brasil, está sem patrocínio (Viaje [...], 2024, 6min 22s).

Érica Prado é uma surfista carioca que começou a surfar aos 12 anos de idade na Bahia. Foi campeã baiana e competiu em diversos campeonatos nacionais; entretanto, mesmo com vários títulos, Érica nunca foi patrocinada.

As falas das surfistas Nuala Costa e Érica Prado sobre gênero e raça no surfe são o ponto de partida do presente artigo, que busca aplicar a interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021; Crenshaw, 1989) como ferramenta analítica das disparidades de gênero e raça no esporte, tomando o surfe brasileiro como objeto de estudo – sem excluir o fato de que a situação nos esportes não é e nunca foi confortável na mesma proporção para atletas do gênero feminino em comparação ao masculino. Deste modo, entender como diferentes identidades interagem de forma simultânea e produzem experiências únicas de discriminação é primordial para possibilitar o debate sobre a baixa representatividade das mulheres negras no esporte.

Em 2019, entre 219 surfistas profissionais, apenas 30 eram mulheres e apenas três eram negras (Viaje [...], 2024); ou seja, somente cerca de 1%. Cinco anos depois, na lista dos dez principais atletas do surfe brasileiro de 2024, segundo o Comitê Olímpico Internacional (COI), estão oito homens e apenas duas mulheres, entre as quais não há representatividade negra. Nota-se que a tímida onda de inclusão feminina no surfe não chegou na mesma proporção e intensidade para as surfistas negras.

À vista disso, embora o termo *interseccionalidade* seja bastante utilizado atualmente de variadas maneiras e por diferentes atores sociais, partindo do conceito de Crenshaw (1989) e Collins e Bilge (2021) é possível compreender que as formas de opressão

são entrelaçadas e indivíduos de grupos marginalizados frequentemente enfrentam discriminações múltiplas e sobrepostas. Em lugar de tratar opressões como o racismo, a desigualdade de gênero e o classismo, por exemplo, como questões separadas, devemos observar como essas opressões funcionam de maneira interdependente, criando experiências únicas para quem vive na interseção dessas identidades e marcadores sociais.

Quatro anos após sua entrevista, a surfista Nuala Costa segue com firmeza e persistência à frente da organização não governamental feminista e antirracista Todas Para o Mar (TPM), criada em 2016². Em simultâneo, Érica Prado toca o Movimento Surfistas Negras desde 2019, como uma forma de chamar atenção para surfistas negras e nordestinas invisibilizadas no esporte. Devido à sua posição única de ser oprimida por questões de raça, gênero e classe, mulheres negras têm uma perspectiva diferenciada sobre as desigualdades sociais, sendo capazes de apontar as interconexões entre essas opressões e lutar por uma transformação estrutural da sociedade, tal como já apontavam os estudos de Sueli Carneiro (2003) e Lélia Gonzalez (1983).

Nesse contexto, a interseccionalidade permite ultrapassar análises simplistas, evidenciando como as mulheres negras vivenciam de forma singular as barreiras estruturais do esporte, que vão além do simples preconceito racial ou de gênero. Ao reconhecer a interseção dessas categorias de análise, torna-se possível identificar as especificidades das experiências dessas atletas, desnaturalizando as desigualdades e abrindo caminho para propostas de intervenção mais eficazes e inclusivas.

A primeira seção deste artigo explora a origem do surfe e como ele se desenvolveu no Brasil, começando como uma prática nascida no Havaí e introduzida no país nos anos 1930. Na segunda seção, coloca-se o foco na inserção das mulheres no surfe brasileiro, destacando como, a partir da década de 1960, elas começaram a participar do esporte, embora enfrentando desafios e preconceitos. As mulheres negras, em particular, permaneceram invisíveis em comparação às brancas.

A interseccionalidade é apresentada na seção seguinte como a principal ferramenta analítica para entender como diferentes formas de opressão se sobrepõem e criam experiências únicas de discriminação. A seção explora como as mulheres negras, especialmente no contexto brasileiro, vivenciam opressões simultâneas que não podem ser entendidas isoladamente. A quarta seção do artigo aborda as dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres negras no surfe brasileiro, ressaltando como a interseccionalidade de gênero, raça e classe social influencia diretamente suas experiências no esporte, e apresenta, logo após, as formas de resistência dessas atletas, através de movimentos como a ONG Todas Para o Mar e o Movimento Surfistas Negras, que criam redes de apoio e inclusão, desafiando as estruturas racistas e patriarcais do surfe.

Desta forma, o presente estudo revela como as opressões de gênero, raça e classe interagem para marginalizar essas atletas em um esporte historicamente dominado por homens brancos. Ao mesmo tempo, exploram-se as formas de resistência criadas pelas atletas negras, por meio de iniciativas como a ONG Todas Para o Mar (TPM) e o Movimento Surfistas Negras. Esses movimentos emergem como respostas potentes ao racismo e à desigualdade de gênero no surfe, criando redes de apoio e transformando as narrativas que tradicionalmente silenciaram essas atletas. O estudo indica, então,

² Os projetos da TPM têm foco na democratização do surfe, empreendedorismo e promoção do bem-viver, buscando oferecer oportunidades que transformem vidas e fortaleçam a autonomia econômica e social da comunidade (TPM, [2024]).

que é indispensável reconhecer as experiências específicas das mulheres negras e adotar medidas que garantam sua participação plena e justa no surfe, e contribui para o debate sobre a democratização do surfe, propondo uma visão crítica das dinâmicas de exclusão e das possibilidades de transformação social por meio do esporte.

1. Uma breve contextualização histórica e social do surfe no Brasil

Embora não seja possível afirmar como e onde a prática surgiu, o surfe costuma ser apresentado na literatura como uma cultura nascida no Havaí, após ser difundido no arquipélago a partir da migração dos povos da Polinésia, sendo posteriormente desenvolvido para o esporte que conhecemos hoje (Rezende, 2004).

Independentemente de sua origem, Souza e Falcão (2022, p. 218-219) destacam que o surfe é “[...] parte da cultura da prática corporal de movimento de povos, majoritariamente não brancos, que tiveram seus costumes afetados pelos processos de colonização”. A palavra *haole*³, comumente utilizada no universo do surfe, apresenta marcas do período colonial em sua história, visto que era utilizada pelos nativos como forma de denominar os missionários brancos que chegaram às ilhas, no início do século XIX, sem interesse em entender a importância para os antigos havaianos dos rituais de respiração que antecediam cerimônias religiosas (Souza; Falcão, 2022).

No Brasil, de acordo com autores como Gutenberg (1989) e Árias e Andreatta (2009), o começo do surfe ocorreu como um fato poético isolado, em meados da década de 30, na cidade de Santos (SP), a partir de um casal que se aventurou na fabricação e uso de pranchas havaianas⁴. No entanto, Dias (2009) chama atenção ao fato de a prática não ter se espalhado ou difundido, sendo somente alguns anos mais tarde, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, que o surfe começaria efetivamente a aparecer de forma incipiente nas praias do Rio de Janeiro, não havendo correlação com os acontecimentos ocorridos no litoral paulista anteriormente. Em praias cariocas, a prática ganhou popularidade, criando um mercado em torno de si e consolidando uma rede de pessoas que abraçaram o esporte como um estilo de vida e um marco formador de suas identidades. De forma lenta e gradual, o surfe começou a competir com os esportes favoritos dos jovens (Dias, 2009).

No período em que o surfe ganhou espaço entre as atividades de lazer na Zona Sul do Rio, particularmente no Arpoador, Dias (2009) ressalta que, em paralelo, artistas, jornalistas e intelectuais iniciavam a construção e a disseminação de uma determinada estrutura discursiva sobre Ipanema e seus costumes. Ademais, o autor cita Arduíno Colasanti, galã do Cinema Novo⁵ e pioneiro do surfe no Brasil, como uma importante influência na difusão do esporte. Colasanti circulava entre importantes esferas e figuras, participando dos filmes de Nelson Pereira dos Santos, cultivando amizade com Roberto Menescal, Leila Diniz, Sonia Braga e outras musas do período. A possibilidade de ter surfistas circulando entre pessoas e esferas de prestígio foi crucial para dar visibilidade ao esporte, vinculando-o ao ambiente cultural. A presença do surfista “no lugar certo,

³ Palavra havaiana: “ha” significa respiração e “ole” sem respiração. *Haole* é uma palavra comum dentro do universo do surfe e utilizada no Brasil para classificar alguém que ainda não desfruta de grande habilidade ou que não é “local” de uma determinada praia (Souza; Falcão, 2022).

⁴ As pranchas de surfe eram conhecidas como pranchas havaianas no Brasil, na década de 1930.

⁵ O Cinema Novo, movimento cinematográfico brasileiro dos anos 1960 e 1970, destacou-se pela crítica à desigualdade social e à instabilidade racial e classista no país, influenciado pelo neorealismo italiano e pela *Nouvelle Vague*.

na hora certa e fazendo a coisa certa", portanto, foi o que forjou o surfe como um modelo para todo o estilo de vida que estava sendo produzido e divulgado sobre Ipanema na época (Dias, 2009).

Analisando a influência norte-americana pós-guerra no surfe, Cruz (2012) realça que a expansão da indústria cultural norte-americana influenciou a conformação e a estruturação do esporte em diferentes lugares e cita o filme *Gidget*, de 1959, como um exemplo. *Gidget* (1959) é protagonizado por uma personagem feminina de classe média que aprende a surfar, e seu sucesso resultou na disseminação do surfe para as massas e provocou um aumento considerável no número de praticantes do esporte na Califórnia, nos Estados Unidos. A cultura californiana do surfe difundiu-se rapidamente pelo mundo, através dos filmes hollywoodianos, responsáveis por criar um novo gênero de filme e de música, e de potencializar o comércio de produtos. Contudo, Cruz (2012) atenta ao fato de que, no Brasil, o surfe ainda era marginalizado pelas famílias tradicionais naquele momento, e demorou ainda algumas décadas para se estruturar efetivamente como um campo esportivo.

A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, a percepção cultural americana do surfe passou a influenciar a classe média brasileira a partir de uma significativa produção cinematográfica nacional⁶ que atribuía um papel relevante ao esporte e trazia o indivíduo fenotípicamente branco e de classe social privilegiada no papel principal de surfista (Souza; Falcão, 2022).

Dessa forma, tanto a influência americana quanto os filmes produzidos nacionalmente tornaram-se agentes de disseminação de uma imagem de surfista até hoje refletida no imaginário social esperado de um surfista: um sujeito branco, tornando, consequentemente, o esporte e as ondas em espaços da branquitude.

2. A presença das mulheres no surfe: entre desigualdades e estereótipos

Em relação à presença das mulheres no surfe brasileiro, Cruz (2012) afirma que esta já ocorre desde a década de 1960, como competidoras e como fundadoras da Federação Carioca de Surfe. A princípio, as mulheres eram bem recebidas no esporte como espectadoras, porém como praticantes geravam dúvidas e confrontavam os padrões estabelecidos para a atuação das mulheres na sociedade.

Até meados de 1960, as mulheres estavam presentes de forma parcialmente equitativa no surfe. No entanto, Dias (2010) aponta que após este período testemunhou-se uma progressiva marginalização de sua presença, e o esporte se tornou um lugar social pouco recomendável à presença de mulheres. Naquele momento, estabeleceram-se novas concepções no esporte que contribuíram para a consolidação de uma abordagem técnica das ondas em que a "virilidade e coragem" se tornaram os principais meios pelos quais surfistas angariavam prestígio e respeito da própria comunidade. E dentre as definições de identidade convencionalmente atribuídas de forma binária, virilidade e coragem eram traços tipicamente atrelados ao gênero masculino (Dias, 2010).

Apenas na segunda metade da década de 1990, algumas condições possibilitaram uma mudança na inserção de mulheres no surfe. Como primeiro ponto, Dias (2010) destaca as performances competitivas de surfistas que ganharam notabilidade

⁶ Sucessos de bilheteria, como nas ondas do surf (1978), nos embalos de Ipanema (1978), Menino do Rio (1981), Garota dourada (1983) e filmes hollywoodianos exibidos no cinema e/ou na televisão, contribuíram para divulgar o surfe e seu estilo de vida junto ao público brasileiro (Souza; Falcão, 2022).

pública, como a norte-americana Lisa Andersen⁷. Além disso, estas atletas se negavam a recorrer ao uso e à exploração dos seus atributos de beleza como ferramenta de mercado⁸ (Carpes, 2013).

A reformulação de medidas administrativas na organização das competições, que impulsionaram o surfe feminino comercialmente, é o segundo fator destacado por Dias (2010). Um comitê específico foi criado pela Associação de Surfistas Profissionais a fim de coordenar as provas femininas, novos cargos de direção foram criados para ajudar a organização e promoção dos eventos e intensificou-se o nível das competições devido a uma redução no número de etapas e de participantes do circuito (Dias, 2010).

Ao investigar a vida das primeiras competidoras de surfe do Rio de Janeiro na década de 1960⁹, Maria Helena Beltrão, Fernanda Guerra e Heliana Oliveira, Cruz (2012) constatou que certos estereótipos foram construídos no decorrer do processo de institucionalização e profissionalização do surfe feminino. Entretanto, a autora não considerou estes estereótipos como determinantes, uma vez que as mulheres se fizeram presentes nas competições e tiveram certa representação em um momento em que a prática se reduzia a um grupo restrito de filhos de estrangeiros que moravam em Ipanema. Porém, não seriam estes estereótipos determinantes se pensarmos em quais mulheres, ainda que poucas, estavam representadas no surfe na época?

Cruz (2012) observou que o estereótipo de um corpo perfeito era produzido e reproduzido pela mídia e pelas próprias praticantes e, embora as atletas acreditassesem não ter sofrido preconceito e discriminação, constatou-se que essa seria uma visão romantizada, típica de uma nostalgia. Maria Helena Beltrão, Fernanda Guerra e Heliana Oliveira iniciaram-se na prática do surfe porque estavam na posição ideal, possuíam habilidade na natação, disposição, recursos para adquirir pranchas, além de serem consideradas fisicamente atraentes e terem visibilidade na mídia. Tanto Maria Helena quanto Fernanda Guerra, descritas como altas, magras, loiras e de olhos claros, pareceram em revistas e propagandas, enquanto Heliana Oliveira não recebeu o mesmo número de propostas que as colegas por ser “gordinha” (Cruz, 2012, p. 76).

A década de 1970 foi marcada pela profissionalização do surfe; ainda assim, os festivais de surfe em Saquarema não contavam com categoria feminina (Cruz, 2012). De acordo com Cruz (2012), a ausência do surfe feminino se deu por uma série de questões como a falta de interesse, a reprovação de uma sociedade conservadora, a diminuição no tamanho das pranchas, pois até para os homens o surfe de pranchinha na década de 1970 estava se configurando, dentre outras.

Muitas décadas depois, embora a *World Surf League* (WSL) [Liga Mundial de Surfe] tenha equiparado a remuneração dos prêmios entre atletas mulheres e homens em todos os eventos da Liga em 2018¹⁰ e apesar de a Confederação Brasileira de Surfe

⁷ Lisa Andersen conquistou quatro títulos mundiais consecutivos entre 1994 e 1997 e possuía um estilo de surfar mais atlético, diferenciado em comparação com a “graciosidade” das mulheres sobre as pranchas, marca antiga e valorizada do surfe feminino por muito tempo (Dias, 2010).

⁸ Os patrocinadores consideram o surfe não apenas um esporte, mas um estilo de vida. E embora, segundo eles, o talento seja tido como o principal fator para a obtenção de um patrocínio, a “marketibilidade” dos atletas é altamente importante.

⁹ Competidoras do primeiro evento de surfe no Brasil, realizado na praia do Arpoador, Rio de Janeiro, em 1965.

¹⁰ Em 2018, a *World Surf League* (WSL) anunciou que todos os prêmios em dinheiro seriam concedidos para atletas masculinos e femininos com a mesma quantia, em todos os eventos controlados pela WSL, a partir da temporada de 2019. A WSL foi a primeira e única liga esportiva global sediada nos EUA, e uma das primeiras internacionalmente, a alcançar a igualdade de gênero em prêmios em dinheiro (WSL, 2018).

(CBSurf) ter oferecido maior apoio financeiro nas competições em 2019 (Malchowicz-Mosko; Amato; Veloso, 2020), as mulheres seguem encontrando barreiras na prática do surfe que vão além da desigualdade em premiações e remunerações.

Por meio de sua pesquisa, Malchowicz-Mosko, Amato e Veloso (2020) constataram alguns aspectos do modo como as mulheres se percebem no âmbito da cultura do surfe amador e como percebem o lugar desprestigiado da atleta no contexto social da modalidade. Dentre os aspectos, observou-se o apelo à sensualidade e a uma ideia restrita de feminilidade através do reforço desses estereótipos na mídia, nos programas televisivos de surfe feminino, nas propagandas de moda *surf wear* feminina, em que a exposição do corpo da mulher é notável. Os autores concluíram que este seria um processo que expressa não somente uma condição específica da realidade criada pela mídia e mercado, mas um dos signos marcantes dessa subcultura esportiva dominada por homens.

Por fim, ainda segundo Malchowicz-Mosko, Amato e Veloso (2020), a mídia brasileira bem como as demais mídias ocidentais promovem o estereótipo da mulher nos esportes de ação como uma atleta jovem, feminina, branca, heterossexual e esportista, tornando invisíveis as mulheres que diferem desse padrão.

3. A interseccionalidade como ferramenta de análise

Teórica jurídica e professora norte-americana, Kimberlé Crenshaw (1989) desenvolveu um conceito fundamental para analisar e entender como as diferentes formas de opressão se cruzam, interagem e produzem experiências únicas de discriminação. A interseccionalidade, conforme Crenshaw (1989), desafia as abordagens que tratam essas opressões de forma isolada ao argumentar que indivíduos pertencentes a mais de uma categoria social marginalizada estão sujeitos a formas de opressão que não podem ser entendidas apenas por uma perspectiva, mas sim por uma combinação.

Para melhor compreensão do que seria a interseccionalidade, Crenshaw (1989) sugere a metáfora cotidiana de uma interseção de estradas, numa analogia em que vários eixos de poder (raça, etnia, gênero e classe), distintos e mutuamente excludentes, constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. Se uma pessoa parar no meio desse cruzamento, ela poderá ser atingida pelo intenso fluxo de tráfego que vem de várias direções. Considerando que esta pessoa é uma mulher negra, ela poderá, assim, ser afetada simultaneamente por racismo e desigualdade de gênero. Assim,

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o “tráfego” que flui através dos Cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos

interseccionais ocorrem — as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

A interseccionalidade foi utilizada a fim de investigar a aplicabilidade do feminismo negro em leis antidiscriminação, pois tradicionalmente leis antidiscriminatórias olham para raça e gênero como elementos separados. Crenshaw (2002) ilustrou este fato através do caso de mulheres negras no local de trabalho nos Estados Unidos. Em muitos casos, as leis de direitos civis falhavam em proteger essas mulheres porque tratavam discriminação de raça e discriminação de gênero como problemas separados. Uma mulher negra, no entanto, pode enfrentar discriminação racial e de gênero ao mesmo tempo, e essas formas de opressão não podem ser completamente compreendidas ou enfrentadas se consideradas de maneira isolada.

Tradicionalmente, o movimento feminista focava nas experiências das mulheres brancas, enquanto o ativismo antirracista focava nas experiências dos homens negros. Enquanto isso, as mulheres negras, que se encontram exatamente na interseção dos dois tipos de opressão, acabam sendo deixadas de lado.

Enegrecer o feminismo é marcar a identidade branca e ocidental da formulação feminista clássica e, ao mesmo tempo, revelar as insuficiências, teórica e práticas, sobre a diversidade de feminismos principalmente em sociedades multirraciais e pluriculturais como é o caso da sociedade brasileira (Oliveira, 2020, p. 93).

Embora não tenham desenvolvido ou aludido ao termo “interseccionalidade”, esse tema já se fazia presente no Brasil em estudos de autoras como Lélia Gonzalez (1983) e Sueli Carneiro (2003), a partir do cruzamento de diferentes categorias na reflexão a respeito da inferiorização da mulher negra na sociedade brasileira. Lélia Gonzalez (1983) elucidou o fato de que raça e gênero são elementos estruturantes para uma sociedade patriarcal e racista e para os eixos de opressão no contexto de uma sociedade capitalista, enfatizando a necessidade de uma estudo que reconheça a intersecção de raça e gênero para compreender a opressão enfrentada pelas mulheres negras no país.

Ainda conforme Gonzalez (1983), o racismo e o sexismo se entrelaçam e sustentam hierarquias sociais, especialmente nas vidas das mulheres negras. Estes sistemas de opressão são naturalizados pela sociedade brasileira, que mascara suas consequências com mitos culturais, como o da democracia racial. O mito da democracia racial brasileira prega a ideia de que não existem barreiras raciais no país, sendo a alta miscigenação presente na população uma evidência de integração. Contudo, a autora argumenta que esse discurso oculta, na verdade, uma realidade de exclusão e exploração, especialmente das mulheres negras, ao disfarçar o racismo que continua presente na maneira como se configuram as relações sociais, econômicas e culturais.

Analizando a trajetória de luta das mulheres negras dentro do movimento feminista brasileiro, Sueli Carneiro (2003) criticou a visão universalista do feminismo por tradicionalmente basear-se nas experiências das mulheres brancas ocidentais e argumentou que esse modelo ignora as complexas contradições trazidas pela racialidade. O feminismo universal falha em reconhecer as experiências das mulheres não brancas, resultando na invisibilidade dessas mulheres em diversos espaços, tal como o político, social e cultural. Ou seja,

Grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (Carneiro, 2003, p. 119).

Conforme a autora, o racismo e o sexism interagem de maneira a marginalizar ainda mais as mulheres negras, colocando-as em uma posição de desvantagem não só em relação às mulheres brancas, mas também aos homens negros. As mulheres negras perceberam que a identidade de gênero não garante automaticamente uma “solidariedade racial intragênero”. Este fato as levou a enfrentar, dentro do movimento feminista, as contradições e desigualdades causadas pelo racismo entre mulheres, especialmente negras e brancas no Brasil. A mesma situação em relação à “solidariedade de gênero intragrupo racial” fez com que as mulheres negras exigissem a inclusão das questões de gênero como parte central da luta contra as desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros no Brasil (Carneiro, 2003, p. 120).

Em suas reflexões sobre o tema, também é ressaltado o fato de o racismo reforçar diferenças ao dar privilégios aos grupos dominantes por meio da exploração e exclusão dos grupos marginalizados. Ele estabelece padrões para os grupos dominantes que seria impossível alcançar em uma competição justa. Uma ilustração dessa disparidade é o que a autora intitulou como “loirização”, ou seja, o excesso de mulheres loiras na televisão brasileira, destacando essa disparidade (Carneiro, 2003, p. 119).

Inicialmente desenvolvida para explicar as formas específicas de exclusão vividas por mulheres negras, a abordagem da interseccionalidade foi expandida para analisar múltiplas formas de desigualdade. Conforme Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é um conceito valioso, sobretudo, porque possibilita a compreensão e demonstração das relações de poder (dominação, exploração e controle) existentes em uma certa sociedade e que afetam todos os aspectos da convivência dentro dela. A desigualdade social, portanto, é um objeto fundamental de investigação da interseccionalidade.

A fim de demonstrar como a interseccionalidade se aplica a grandes organizações e eventos globais, Collins e Bilge (2021) citam um exemplo relacionado à Federação Internacional de Futebol (FIFA), entidade global com vasto poder econômico e político, analisando as controvérsias em torno da Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil e as complexas intersecções entre raça, classe e poder. De acordo com as autoras, a FIFA colabora com governos e grandes corporações para organizar megaeventos, muitas vezes às custas das comunidades locais. No caso da Copa do Mundo no Brasil, a preparação para o megaevento envolveu grandes despejos de populações pobres, predominantemente não brancas, em nome da “revitalização” das cidades-sede. Esse processo expôs desigualdades raciais e de classe, uma vez que a população mais vulnerável no contexto brasileiro foi notoriamente prejudicada.

Collins e Bilge (2021) apontam que, embora o futebol seja um esporte popular que muitas vezes é visto como uma atividade inclusiva e justa, o poder econômico e político envolvido no esporte perpetua formas de exclusão e marginalização. O conceito do *fair play*¹¹ no futebol é, na verdade, uma fachada que encobre desigualdades mais

¹¹ O conceito de *fair play* é amplamente promovido no esporte como um princípio de jogo limpo, respeito às regras e igualdade de oportunidades para todos os participantes. No entanto, apesar dessa idealização,

profundas, pois apesar da aparente igualdade nas regras do jogo, essas regras não consideram as desigualdades sociais, econômicas e políticas que afetam quem pode participar do esporte em condições realmente justas. Isso inclui desde o acesso a recursos como campos de futebol, treinadores, patrocínios até as desigualdades salariais e as condições de trabalho distintas para jogadores e jogadoras, ou entre equipes de diferentes países.

Refletindo sobre como gênero e poder se cruzam no esporte, Collins e Bilge (2021) expõem as disparidades de gênero dentro de uma estrutura que, em teoria, valoriza o mérito e o desempenho. Para isso, as autoras destacam o caso da seleção feminina de futebol dos Estados Unidos, internacionalmente reconhecida como uma das mais bem-sucedidas na história do futebol e vencedora de múltiplas Copas do Mundo e medalhas olímpicas. Apesar de terem melhor desempenho que a equipe masculina dentro de campo, na mídia e nas receitas, as jogadoras receberam salários significativamente mais baixos e enfrentaram condições de trabalho piores do que os jogadores, que, na época, não tinham o mesmo nível de sucesso e conquistas. As jogadoras enfrentaram, então, uma longa batalha por igualdade salarial e melhores condições de trabalho em comparação com a equipe masculina. Esse exemplo demonstra como as questões de gênero e poder operam de forma entrelaçada: o sucesso não garantiu às jogadoras tratamento igualitário, o que evidencia como a discriminação de gênero é sustentada mesmo em ambientes onde o mérito deveria ser o principal critério.

Os esportes femininos desafiam normas antigas de feminilidade, como se discutiu anteriormente neste estudo. No esporte feminino, há uma constante tentativa de controlar o vestuário e a aparência das mulheres e, embora homens e mulheres no futebol possam ter talentos semelhantes e compartilhar aspirações ou valores, as normas heteronormativas influenciam fortemente as práticas que disciplinam suas decisões sobre identidade, masculinidade e feminilidade. Na prática, competir em um esporte de elite constitui um aspecto, enquanto conquistar a aceitação do público que o sustenta representa um desafio distinto. A interseção entre identidade e experiência, consequentemente, reflete os jogos de poder que ocorrem nos âmbitos estruturais, culturais, disciplinares e interpessoais, moldando tanto as interações sociais cotidianas quanto a imagem pública dos atletas (Collins; Bilge, 2021).

Por fim, Collins e Bilge (2021) ressaltam que, embora a interseccionalidade seja capaz de não apenas descrever o funcionamento de vários modos de opressão, mas também encontrar a raiz do problema, utilizá-la como ferramenta analítica é uma tarefa difícil, precisamente porque a própria interseccionalidade é multifacetada. Intersecções de raça e gênero, por exemplo, podem apontar para a necessidade de uma análise de classes, tal como interseções de nacionalidade e sexualidade podem indicar a necessidade de outras categorias de análise. Portanto, abordar a complexidade das interseções requer uma sensibilidade metodológica que reconheça a interconexão e a fluidez dessas diversas formas de opressão.

o futebol (assim como outros esportes) frequentemente reflete e reforça desigualdades sociais e econômicas mais amplas, especialmente em relação a raça, gênero e classe (Collins; Bilge, 2021).

4. As mulheres negras no surfe brasileiro: barreiras e resistência

“Sempre tivemos muitas mulheres negras e nordestinas no circuito, mas essas mulheres não estavam em evidência”. Esta é uma frase de Érica Prado, em entrevista ao canal Dibradoras¹² (Nina, 2023). Érica entrou para a elite do surfe nacional em 2009 e chegou a competir em algumas etapas da divisão de acesso da Liga Mundial de Surf, dedicando dez anos de sua vida à competição. Entretanto, ela enfrentou o mesmo entrave que muitas outras mulheres ainda encontram no esporte: a falta de patrocínio, o que pode ser verificado na fala ao canal mencionado:

Estou nesse meio há muitos anos. Sofri na pele com a falta de patrocínio e não entendia muito bem os motivos disso acontecer comigo e com outras meninas. Depois de anos, com meu letramento racial, fui entender de que forma o racismo afetava o universo do surf também. [...] Era um assunto velado, as pessoas não falavam muito. Eu via as “Silvanas Lima” e “Titas Tavares” da vida sem patrocínio, enquanto tinham mulheres que atendiam outros padrões e estereótipos com patrocínio (Nina, 2023, s.p.).

Aplicando a interseccionalidade como ferramenta de análise à situação das atletas negras no surfe, é possível perceber que alguns marcadores sociais se sobrepõem: o gênero, a raça e a classe social. Conforme se viu, no surfe as mulheres enfrentam dificuldades relacionadas ao gênero, como menor visibilidade, patrocínios escassos e prêmios reduzidos em comparação aos homens. No entanto, quando introduzimos a questão racial, a situação se torna ainda mais complexa. As mulheres negras, em particular, enfrentam uma dupla barreira, visto que não apenas lutam contra a discriminação de gênero, comum a todas as mulheres no esporte, mas também contra o racismo que permeia tanto as dinâmicas de acesso quanto as representações culturais do esporte. Enquanto a onda feminista no surfe aborda questões de gênero, as questões de raça vêm sendo ignoradas, marginalizando as atletas negras neste esporte.

Ao ser perguntada como enxerga o cenário atual do surfe em entrevista à TV Brasil, onde a maioria dos surfistas no mar são uma maioria composta por homens e algumas mulheres brancas, Érica Prado responde:

Agora o Brasil está abrindo os olhos para essa questão do racismo no surfe, porque até pouquíssimo tempo atrás, isso não era debatido, eu não dava entrevistas sobre isso, não existia um movimento como o Surfistas Negras. E agora eu vejo uma nova perspectiva. Por mais que a grande massa ainda se questione “existe racismo no Brasil?” “Existe racismo no surfe?”. Muita gente se questiona, mas só quem sofre na pele é que sabe o que de fato acontece (Viaje [...], 2021, 9min 5s).

As questões raciais no surfe podem ser observadas em vários aspectos, incluindo a baixa representatividade de mulheres negras nas competições, nas mídias especializadas e no marketing esportivo. A “loirização”, elucidada por Sueli Carneiro (2003), é uma realidade que também se reflete no surfe, uma vez que o padrão estético

¹² Dibradoras é um canal de mídia e uma produtora de conteúdo que desde 2015 apresenta e representa o protagonismo feminino no esporte a fim de promover a participação das mulheres em um meio que ainda é tão dominado por homens.

dominante no esporte é fortemente associado à branquitude, excluindo corpos e traços que fogem desse modelo e resultando em um ambiente hostil para a inclusão de mulheres negras.

A série documental exibida pelo Canal Off “Janaínas: Deusas do mar” (2021) apresentou em 2021 a história de Tilamarri dos Santos, Yanca Costa e Suelen Naraísa, surfistas negras que atuam em suas comunidades para ampliar o reconhecimento de outras mulheres como elas, dentro e fora da água. Ao narrar sua história, Suelen Naraísa, bicampeã brasileira e ícone no esporte, menciona:

Após muitos anos como competidora, sofrendo preconceito de cor e de peso, conseguindo patrocínios de valor muito baixo por ser mulher, hoje o surfe faz parte do meu trabalho, sou professora. E o meu objetivo é colocar o maior número de pessoas em pé numa prancha para sentirem a sensação maravilhosa que é surfar (EM, 2021, s.p.).

Ao contar sua jornada no esporte, a campeã brasileira Yanca Costa, cearense radicada no Rio de Janeiro, relembra que sua família comia arroz com farinha para que ela pudesse participar de campeonatos. O prêmio das competições era apenas uma camiseta e um troféu, mas quando soube que no surfe profissional se ganhava dinheiro, Yanca decidiu investir ainda mais na carreira, a fim de conquistar o posto de primeira surfista negra na elite do surfe. Dois anos antes, em 2019, Yanca Costa ainda lutava para conseguir um patrocínio e desabafou, no 1º Encontro Nacional de Surfistas Negras e Nordestinas¹³, que não poder competir internacionalmente a deixava muito triste. Yanca se preparava todo ano na esperança de sair pelo mundo e mostrar seu trabalho e sentia que estava cada vez mais difícil conseguir patrocínio e visibilidade¹⁴.

A falta de visibilidade dessas atletas acarreta a falta de patrocínio, que prejudica as chances de evolução, que não traz a visibilidade no esporte. Existe uma dificuldade das mulheres negras de terem acesso a espaços de poder, tanto no campo político quanto no econômico e cultural. Isso pode ser útil para pensar sobre o surfe como uma prática que, em muitos casos, exige não só habilidade técnica, mas também acesso a recursos e redes de patrocínio, historicamente limitadas para as mulheres negras. Nesse contexto, Érica Prado ressalta que o que determina quem vai ter patrocínio no esporte é o número de seguidores no Instagram e a cor da pele (Surfistas [...], [2024]). Enquanto um homem com um título ganha 10 bilhões de reais em patrocínio, Érica chama atenção para o fato de uma mulher com oito títulos ganhar apenas 2 bilhões e as surfistas negras, mesmo com patrocínios, possuírem apoios significativamente menores.

A surfista cearense Silvana Lima foi duas vezes vice-campeã e passou dez anos na elite. Com origem humilde, começou a surfar ainda na infância, utilizando pedaços de madeira ou pranchas emprestadas. Aos 17 anos, em 2002, mudou-se para o Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades para consolidar sua carreira como surfista profissional. Neste mesmo ano, participou de duas competições, vencendo ambas e recebendo um carro como prêmio. O carro foi vendido para comprar uma casa para sua mãe e irmãos, que viviam em uma barraca na praia. Silvana alcançou reconhecimento no esporte e chegou a ter bons patrocínios, contudo, enfrentou diversos desafios ao longo de sua carreira. Na verdade, mesmo os patrocínios obtidos não estavam à altura de suas conquistas.

¹³ O 1º Encontro Nacional de Surfistas Negras e Nordestinas, idealizado pelo Movimento Surfistas Negras, ocorreu na praia da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 23 de novembro de 2019.

¹⁴ No Brasil, apenas três surfistas profissionais são negras (Pinheiro, 2019).

Brigitte Mayer, primeira brasileira surfista profissional no país e primeira mulher a ocupar o cargo de vice-presidente da CBSurf, em 2022, enfatizou que mulheres negras e nordestinas “sempre estiveram presentes e lutando por esse espaço” e que existe uma “necessidade de garantir que essas atletas talentosas tenham chance de competir em igualdade de condições”¹⁵.

A trajetória de mulheres negras no surfe evidencia a profunda interseção entre raça, gênero e classe social que molda suas experiências na prática do esporte. As barreiras enfrentadas por essas atletas não se limitam à falta de patrocínio ou visibilidade, mas refletem uma estrutura mais ampla de exclusão que afeta tanto o acesso quanto as oportunidades de ascensão no surfe profissional. No entanto, o cenário atual conta com novas possibilidades de resistência e mudança. Organizações como o Todas Para o Mar e o Movimento Surfistas Negras surgem em resposta a essa exclusão e criam espaços de visibilidade e fortalecimento para que essas atletas possam reivindicar o lugar que sempre lhes foi negado e/ou limitado.

Lélia Gonzalez (1983) considerava essencial que as mulheres negras tomassem controle de sua própria narrativa e falassem a partir de suas próprias experiências e perspectivas, assumindo a própria fala, ao invés de continuar sendo infantilizadas e silenciadas pela cultura dominante. Na mesma proporção, Sueli Carneiro (2003) destaca a importância da criação de espaços e movimentos organizados pelas próprias mulheres negras para lutar por seus direitos e reconhecimento.

Idealizada pela surfista Nuala Costa, a Todas Para o Mar (TPM) é uma organização não governamental feminista e antirracista que promove o empoderamento de mulheres pretas e seus filhos através do surfe, atividades socioeducativas, culturais e de empreendedorismo feminino (TPM, [2024]). Nuala percebeu que todos os projetos eram liderados e coordenados por homens e para homens, enquanto as surfistas estavam sem qualquer apoio. Dessa forma, ela decidiu focar na categoria feminina e criar um evento com oito modalidades do surfe feminino, para que todas as mulheres nordestinas que gostam de competição pudesse participar. Com atualmente 80 crianças e adolescentes atendidos, 120 mulheres impactadas e 250 famílias diretamente beneficiadas, Nuala Costa acredita que a TPM não é apenas mais um projeto social, mas uma ação de transformação da comunidade. As aulas de surfe oferecidas já formaram diversas professoras, qualificando muitas mães da comunidade e possibilitando-lhes ter um emprego ao mesmo tempo que cuidam de seus filhos. Incrivelmente, a TPM não conta com patrocínio e seus gastos são custeados através de eventos, festivais, doações e vaquinhas. Na série documental “Janaínas: Deusas do Mar” (2021), ela afirma:

Eu sou de Maracaípe, eu cresci nessa comunidade, eu cresci aqui. Eu vinha visitar as minhas amigas e via que todas as crianças estavam em um ócio muito grande. Não só as mulheres surfistas precisavam, as crianças também precisam ser empoderadas, principalmente aqui em Maracaípe, que são majoritariamente crianças negras. Em Maracaípe, quando comecei a trabalhar com a TPM, com criança e Competição, eu me dei conta que não tinha criança preta dentro da água. Lá atrás, na minha época, todos nós surfávamos, tinha nativos dentro da água. Os anos passaram e as construções, o Apartheid, empurraram toda essa galera preta para o Mangue, e a praia ficou tomada por uma

¹⁵ Invisibilizadas por anos, surfistas negras e nordestinas estão atualmente entre as melhores do Brasil (Nina, 2023).

outra classe social. Então os nativos não se faziam [sic] pertencentes. E eu achava um absurdo não vir. Vendo as minhas amigas, os seus filhos no ócio, eu decidi criar o Inclua o Surfe, que é um projeto que cuida de crianças da comunidade. A gente inclui eles socialmente através do esporte. A TPM decidiu fazer com que as mulheres gerassem renda; então muitas dessas minhas amigas que são mães (...) são marisqueiras, pescadoras, artesãs e ambulantes. Eu costumo dizer que a TPM é um polvo com uma grande cabeça e vários braços (Janaínas, 2021, 18min 28s).

Incomodada com o apagamento das mulheres negras na prática do surfe, Érica Prado criou em 2019 de forma orgânica o Movimento Surfistas Negras, que apoia surfistas negras e nordestinas sem patrocínio, enaltece a história destas mulheres que compõem a cena do surfe e age como um coletivo social que empodera mulheres negras para que elas se iniciem no esporte. Inicialmente o Movimento surgiu como uma página nas redes sociais e hoje conta com um grupo virtual com 200 participantes, organiza eventos, tem uma equipe de surfistas profissionais e oferece suporte financeiro e empresarial para atletas. Trata-se de um grande salto se compararmos o início do Movimento, que contava com seis atletas sem nenhum patrocínio, com o momento atual: quatro atletas patrocinadas e duas ainda em busca.

Em entrevista para a rádio carioca Positividade FM, Érica (EP [...], 2024) relata que participava de movimentos feministas dentro do surfe, entretanto, esses movimentos eram compostos por mulheres brancas, unidas, que não consideravam o racismo como pauta. Esta situação passou a incomodá-la, pois sentia que lutava pelo surfe feminino, mas não via ali um desconforto com a falta de representatividade de atletas pretas nas equipes e nas viagens. Érica Prado afirma:

Nos últimos cinco anos, rolou um boom de movimentos e de coletivos de surfe feminino no Brasil. Hoje você abre o Instagram, você tem lá pelo menos 40 grupos de surfe feminino fazendo surf trip. Tudo isso é maravilhoso! Só que eu vejo uma falta dessa visão para o lado racial, porque não adianta a gente batalhar pelo surfe feminino e esquecer que existem mulheres negras que estão sendo preteridas dentro desse universo. E estão sofrendo mais do que as mulheres brancas (EP [...], 2024, 13min 36s).

Assim, a fala da Érica Prado nos remete à explicação de Sueli Carneiro (2003) sobre o fato de as mulheres negras enfrentarem grandes dificuldades para acessar espaços de poder devido à combinação de racismo e sexism. Embora o movimento feminista tenha alcançado avanços importantes para as mulheres em diversos espaços, como podemos observar na própria prática do surfe, essas conquistas não beneficiaram a todas igualmente. Por exemplo, mulheres negras seguem enfrentando entraves significativos no mercado de trabalho, mesmo com o aumento da diversidade ocupacional para as mulheres brancas. Essas barreiras são evidenciadas pela baixa representação de mulheres negras em posições de prestígio e pelos salários desiguais, não apenas em comparação aos homens, mas também em comparação às mulheres brancas, que persistem mesmo quando se controlam fatores como a educação.

Em relação ao recorte social do Movimento Surfistas Negras, mulheres negras e nordestinas são acolhidas por serem consideradas as mais preteridas no universo do surfe. Mesmo tendo extrema relevância no esporte e vencendo as principais competições no Brasil, estas mulheres apresentam trajetórias que coincidem intensamente nas dificuldades de se manter no surfe. As cearenses Silvana Lima e Tita Tavares, a pernambucana Monik Santos e a fluminense radicada em Pernambuco Nuala Costa são algumas dentre várias histórias de persistência em um espaço que historicamente tem sido dominado por pessoas brancas, como afirma Érica Prado:

Nem todo mundo tem essa consciência. Então, em 2019, quando eu criei o Movimento Sufistas Negras, foi muito no intuito de eu preciso mostrar para as pessoas que essas mulheres existem. Porque eu, trabalhando em TV, fazendo comercial e tive a oportunidade de fazer uma série para a Disney como atriz. Eu ouvi muito das pessoas “você é a primeira surfista negra que eu conheço” e eu achei aquilo um absurdo. Como assim? (ouvi) de várias pessoas, produtores de elenco, diretores, em vários ambientes... eu falei, gente, não é possível. Se eu tenho referência, se eu conheço a Nuala Costa, a Tita Tavares, Suelen Naraísa... como é que essas pessoas não conhecem? A Tita Tavares ficou dez anos no circuito Mundial! Como é que as pessoas não conhecem a Tita Tavares? (EP [...], 2024, 14min 11s).

Em setembro de 2024, Huntington Beach, na Califórnia (EUA), foi palco da segunda edição do evento *Great Day in the Stoke*¹⁶, o maior encontro de surfistas negros do mundo (A Great [...], 2024). O evento reuniu surfistas de diferentes países para celebrar a representatividade negra no surfe e quebrar barreiras raciais e sociais no esporte. Devido ao seu papel fundamental na inclusão e suporte às mulheres negras no esporte, o Movimento Surfistas Negras foi homenageado durante o evento e teve uma grande representação, com as atletas Monik Santos, Érica Prado, Yanca Costa e Mary Oliveira dominando a competição feminina e formando o pódio feminino (Movimento [...], 2024).

É possível perceber, portanto, que as mulheres negras no surfe brasileiro enfrentam desafios impostos pelas estruturas racistas e patriarcais do esporte, resistindo concomitantemente através da reinvenção de espaços de pertencimento e demonstrando que as ondas do surfe também podem ser um lugar de transformação social. Iniciativas como o Todas Para o Mar e o Movimento Surfistas Negras têm criado espaços próprios de visibilidade, apoio e representatividade, além de promover o esporte entre mulheres de identidades negras oprimidas e desafiar as narrativas dominantes que insistem em mantê-lo como um reduto branco e masculino. Ao se organizarem coletivamente, essas mulheres questionam as estruturas de poder e constroem novas perspectivas de inclusão e justiça dentro e fora do esporte.

Contudo, embora a agência das surfistas negras e os movimentos de resistência sejam fundamentais para desafiar as estruturas de exclusão no surfe, é extremamente importante reconhecer as limitações desse processo. Por mais significativas que sejam, as ações individuais e coletivas dessas atletas operam dentro de um contexto em que as

¹⁶ Apesar dos assassinatos de George Floyd, Ahmaud Arbery e Breonna Taylor, o *Great Day in the Stoke* surgiu como uma resposta aos movimentos de justiça social, que se intensificaram nos Estados Unidos, e com o objetivo ser um espaço seguro e inclusivo, onde surfistas negros possam surfar, conectar-se e ser reconhecidos no mundo do surfe.

hierarquias de gênero, raça e classe estão profundamente enraizadas. Assim, apesar de promoverem mudanças importantes na visibilidade e no acesso ao esporte, esses movimentos não possuem, por si só, a capacidade de transformar estruturalmente as dinâmicas de poder que sustentam a desigualdade no surfe.

Considerações finais

Este estudo buscou revelar as múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras no surfe brasileiro, utilizando o conceito de interseccionalidade a partir de diversas autoras. A investigação mostrou que o surfe ainda se apresenta como um espaço hostil e excludente para as mulheres negras. Apesar do avanço das mulheres no esporte, as questões raciais permanecem negligenciadas, reforçando a invisibilidade e a marginalização dessas atletas. A análise dos relatos e das trajetórias de surfistas como Nuala Costa, Érica Prado, Suelen Naraísa e Yanca Costa evidencia como essas mulheres enfrentam desafios que vão além das desigualdades de gênero, estando submetidas também a um sistema estruturalmente racista que restringe seu acesso a oportunidades e recursos essenciais para o sucesso no esporte.

Embora movimentos feministas tenham sido essenciais para ampliar a presença feminina no surfe, sua abordagem centrada em uma experiência universal de gênero desconsidera que fatores como raça e classe também estruturam o acesso e as oportunidades no esporte. Dessa forma, acabam perpetuando um modelo de inclusão seletiva, que não altera significativamente as hierarquias de poder no surfe e mantém as mulheres negras à margem das principais conquistas da modalidade.

Nesse sentido, ao longo do artigo, a interseccionalidade foi utilizada como uma ferramenta central para compreender como essas múltiplas opressões se manifestam simultaneamente, criando barreiras exclusivas para as mulheres negras no surfe. Por meio dessa lente analítica, foi possível identificar que as atletas enfrentam discriminações sobrepostas, como a falta de patrocínios, a invisibilidade midiática e a desqualificação de seus corpos, reforçando uma estética dominante branca que ainda prevalece no imaginário do surfe. Mesmo com habilidades reconhecidas, muitas dessas atletas sofrem com a exclusão dos circuitos profissionais, enfrentando, ao mesmo tempo, a ausência de representatividade nas narrativas midiáticas e de apoio financeiro necessário para seguir suas carreiras.

Além disso, a interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica, permite uma compreensão mais complexa das múltiplas camadas de opressão, mas não oferece, por si só, um modelo de intervenção capaz de desmantelar as bases materiais que mantêm essas desigualdades. A precariedade econômica de muitas dessas atletas, a dependência de patrocinadores e a falta de apoio institucional limitam o alcance de suas iniciativas e tornam difícil a construção de mudanças estruturais no esporte. Dessa forma, ainda que seja essencial valorizar as resistências, também é necessário avançar em políticas públicas e ações institucionais que garantam uma transformação mais ampla e duradoura.

No entanto, o artigo também revela importantes formas de resistência inspiradas pelo feminismo negro. Iniciativas como a ONG Todas Para o Mar e o Movimento Surfistas Negras, lideradas por Nuala Costa e Érica Prado, respectivamente, emergem como respostas potentes a essa marginalização. Essas organizações atuam para promover a inclusão de mulheres negras e nordestinas no esporte, além de questionarativamente as estruturas que perpetuam o racismo e a desigualdade de gênero no surfe. Ao

promover a democratização do esporte, o fortalecimento econômico e social de suas comunidades, esses movimentos possibilitam novas formas de empoderamento e de pertencimento, criando uma rede de apoio que visa não apenas a inclusão dessas mulheres no surfe, mas também sua autonomia social e financeira.

Ademais, as trajetórias dessas atletas e suas ações coletivas mostram que, ao se posicionarem como protagonistas de suas próprias narrativas, elas estão subvertendo os espaços que historicamente as excluíram, transformando o surfe em uma ferramenta de resistência contra as opressões estruturais que marcam suas vidas. Ao lançar luz sobre essas dinâmicas, o artigo contribui para desnaturalizar as desigualdades presentes no esporte e propõe um debate mais profundo sobre a necessidade de se combater, de maneira interseccional, as opressões de gênero e raça.

Dessa forma, para que haja uma verdadeira transformação no surfe brasileiro, conclui-se que é fundamental o reconhecimento das especificidades das vivências das mulheres negras e a adoção de medidas que garantam condições equitativas de acesso e permanência no esporte. As resistências das surfistas negras demonstram que, apesar das barreiras impostas, elas seguem ocupando e transformando o surfe, desafiando a hegemonia masculina e especialmente branca que ainda define este espaço. No entanto, embora essas ações tenham um impacto significativo na ampliação da representatividade e na criação de redes de apoio, é essencial reconhecer suas limitações dentro de uma estrutura esportiva e social que ainda reproduz desigualdades sistêmicas. Sem mudanças institucionais mais amplas, como políticas públicas voltadas para a equidade racial e de gênero no esporte, maior investimento em patrocínios para atletas negras e uma revisão dos critérios midiáticos que privilegiam um padrão estético excludente, a transformação do surfe continuará restrita a avanços pontuais. O fortalecimento dessas vozes e movimentos é imprescindível para a criação de um ambiente mais justo e inclusivo no esporte, mas apenas quando aliado a mudanças estruturais será possível garantir que essa inclusão se torne efetiva e sustentável no longo prazo.

Referências

- A GREAT day in the Stoke 2024. Huntington Beach: AGDITS, 2024. 1 vídeo (2min 37s.). Disponível em: https://archive.org/details/cohbca-A_Great_Day_in_the_Stoke_2024. Acesso em: 15 out. 2024.
- ARIAS, Marcello; ANDREATTA, Romeu. *São Paulo: surf gênese: a história da evolução do surf*. São Paulo: Barracuda, 2009.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.
- CARPES, Giulander. No jogo de patrocínio do surfe feminino, beleza é fundamental. *Terra*, São Paulo, 10 maio 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/no-jogo-de-patrocínio-do-surfe-feminino-beleza-e-fundamental,32cc9ae0abe8e310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 10 out. 2024.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COI - COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. WSL 2024: confira lista com todos os participantes confirmados da temporada. COI, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://olympics.com/pt/noticias/wsl-2024-participantes-temporada>. Acesso em 01 de out. de 2024.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of*

Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 15 out. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRUZ, Ana Carolina Costa. *Mulheres nas pranchas: trajetórias das primeiras competidoras do surfe carioca (década de 1960)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.listasconfe.org.br/arquivos/2019/com/dissertacoes/CAROL_DEFESAFinal.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. *Surfing and the modern Brazilian tradition*. *Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 257-286, out./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/download/5537/26877>. Acesso em: 15 out. 2024.

DIAS, Cleber. Novos sonhos de verão sem fim: surfe, mulheres e outros modos de representação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Uberlândia, v. 32, n. 2-4, p. 75-88, dez. 2010.

EM - Estado de Minas. Surfistas negras são estrelas da série 'Janaínas: Deusas do mar'. Da redação, 20 set. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2021/09/20/interna_cultura,1307049/surfistas-negras-sao-estrelas-da-serie-janainas-deusas-do-mar.shtml. Acesso em: 01 out. de 2024.

EP #13 - Erica Prado: positive surf. Rio de Janeiro: Positividade360, 2024. 1 vídeo (45 min 57 s). Publicado pelo canal Positividade360. Disponível em: <https://youtu.be/7yW1ewB7n-E?si=DI3vLS34aBfqkpy3>. Acesso em: 15 out. 2024.

GAROTA Dourada. Direção: Antônio Calmon. Roteiro: Antônio Calmon, Flávio R. Tambellini. Intérpretes: André de Biase, Bianca Byington, Andréa Beltrão, Sérgio Mallandro, Roberto Bataglin e Cláudia Magno. [S.l.: s.n], 1983. (105 min).

GIDGET. Direção: Paul Wendkos. Produção: Lewis J. Rachmil. Roteiro: Gabrielle Upton. Roteiro: Alberto Pecegueiro. Intérpretes: Sandra Dee, Cliff Robertson, James Darren e Arthur O'Connell. Culver City: Columbia Fotos, 1959. (95 min).

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, DF, v. 2, p. 57-82, 1983. Disponível em: https://www.academia.edu/27681600/Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_L%C3%A9lia_Gonzales_pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

GUTENBERG, Alex. *A história do surf no Brasil*: 50 anos de aventura. São Paulo: Azul, 1989.

JANAÍNAS: deusas do mar. Direção: Rachel Jardim. Intérpretes: Yanca Costa, Tilamarri dos Santos, Érica Prado, Nuala Costa e Suelen Naraísa. Rio de Janeiro: Canal Off, 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/janainas-deusas-do-mar/t/GbbPB6hwFd/>. Acesso em: 15 out. 2024.

MALCHROWICZ-MOSKO, Ewa; AMATO, Júlia Frias; VELOSO, Rafael Campos. Breaking the waves and stereotypes: female surfing as not only sport but social movement and insult to cultures. *Olimpianos*, São Paulo, v. 4, p. 164-173, out. 2020. DOI 10.30937/2526-6314.v4.id104.

MENINO do Rio. Direção: Antônio Calmon. Roteiro: Antônio Calmon e Bruno Barreto. Intérpretes: André de Biase, Cláudia Magno, Sérgio Mallandro, Cláudia Ohana, Adriano Reys e Cissa Guimarães. [S.l.: s.n.], 1981. (96 min).

MOVIMENTO surfistas negras brilha no Great Day in the Stoke. *Surf Hardcore*, São Paulo, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://hardcore.com.br/movimento-surfistas-negras-brilha-no-great-day-in-the-stoke/>. Acesso em: 15 out. 2024.

NAS ONDAS do Surf. Direção: Lívio Bruni Jr. Intérpretes: Gerry Lopez, Mark Richards, Mark Warren, Michael Ho, Sérgio Vieira Chapelín. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1978. (79 min).

NINA, Roberta. Invisibilizadas por anos, surfistas negras e nordestinas são as melhores do Brasil. *Dibradoras*, São Paulo, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://dibradoras.com.br/2023/11/22/invisibilizadas-por-anos-hoje-surfistas-negras-e-nordestinas-sao-as-melhores-do-brasil/>. Acesso em: 15 out. 2024.

NOS EMBALOS de Ipanema. Direção: Antônio Calmon. Roteiro: Armando Costa e Leopoldo Serran. Intérpretes: André de Biase, Angelina Muniz, Zaíra Zambelli, Paulo Villaça e Roberto Bonfim. [S.l.: s.n], 1978. (100 min).

NUALA Costa - TPM (todas para o mar). Rio de Janeiro: Universidade do Grande Rio, 2020. 1 vídeo (9 min 3s). Vídeo produzido para a aula Questões de Gênero e Etnia pelo canal: Claudia Abreu Campos. Disponível em: <https://youtu.be/h5lEHjYxikk?feature=shared>. Acesso em: 1 out. 2024.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. *Interritórios*, Caruaru, v. 6, n. 10, p. 90-104, abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.33052/inter.v6i10.244895>.

PINHEIRO, Amanda. No Brasil, apenas 3 surfistas profissionais são negras: como combater o racismo na elite do esporte? Elas respondem. *Portal Geledés*, São Paulo, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/no-brasil-apenas-3-surfistas-profissionais-sao-negras-como-combater-o-racismo-na-elite-do-esporte-elas-respondem/>. Acesso em: 15 out. 2024.

REZENDE, Maite. *A história do surfe e o perfil dos surfistas do litoral norte paulista*. 2004. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=514532&tipoMidia=0>. Acesso em: 12 out. 2024.

SOUZA, Vinícius Cardoso; FALCÃO, Tiago Brant Carvalho. Surfe e racismo: do período colonial, passando por Hollywood, até as vozes de surfistas brasileiros. *Olimpianos*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 215-233, 2022. Disponível em: <https://cev.org.br/biblioteca/surfe-e-racismo-do-periodo-colonial-passando-por-hollywood-ate-as-vozes-de-surfistas-brasileiros/>. Acesso em: 12 out. 2024.

SURFISTAS negras, pioneiras do Brasil. *Primeiros Negros*, São Paulo, [2024]. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/surfistas-negras>. Acesso em: 15 out. 2024.

TPM – TODAS PARA O MAR. *Sobre nós*. Porto de Galinhas: TPM, [2024]. Disponível em: <https://tpmtodasparaomar.com/sobre-nos/>. Acesso em: 1 out. 2024.

VIAJE nas ondas do surf carioca com O Meu Pedaço do Brasil. Rio de Janeiro: TV Brasil, 2024. Vídeo (25 min 24 s). Publicado pelo canal TV Brasil. Disponível em: https://youtu.be/yXDauHjBs_o?feature=shared. Acesso em: 15 out. 2024.

WSL – WORLD SURF LEAGUE. The World Surf League (WSL) announces prize money equality. WSL, 5 Sept. 2018. Disponível em: <https://www.worldsurfleague.com/posts/345569/the-world-surf-league-wsl-announces-prize-money-equality>. Acesso em: 12 out. 2024.

*Minicurrículo da Autora:

Maíra Tavares Eustáquio de Oliveira. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2021). Doutoranda do Programas de Pós-Graduação de Ciências Sociais na PUC-Rio. Bolsista PROSUC/CAPES (Processo n° 88887.953019/2024-00). E-mail: mairaeustaquio@gmail.com.

Avaliador 1: José Hildo de Oliveira Filho ;
Avaliador 2: Neilton Ferreira Júnior ;
Editora de Seção: Karine Lopes Narahara .